



Alerta para ingerência dos Estados Unidos

AGU pede que PGR e PF investiguem suposto financiamento norte-americano para campanha contra STF e enfatiza o risco de recursos de um governo estrangeiro serem usados para influenciar o ambiente político e institucional brasileiro

» ARMANDO HOLANDA

A crescente atuação dos Estados Unidos sobre países da América Latina entrou de vez no radar das instituições brasileiras às vésperas do primeiro turno das eleições. Ontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu que a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) investiguem um possível financiamento do governo de Donald Trump a iniciativas de extrema-direita no Brasil. Também nessa quinta-feira, o ex-presidente da Colômbia Gustavo Petro acusou Washington de participar de uma ofensiva contra governos, instituições e forças progressistas da região.

O movimento da AGU acrescenta um componente institucional brasileiro às suspeitas de interferência externa. A notícia-crime, assinada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, foi encaminhada ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O órgão quer identificar eventuais responsáveis e organizações brasileiras que possam ter recebido recursos norte-americanos. A iniciativa tem como base reportagem publicada pelo jornal britânico *The Guardian*, segundo a qual a gestão Trump redirecionou recursos do Fundo de Direitos Humanos e Democracia, do Departamento de Estado, para financiar uma agenda conservadora no exterior.

Entre as ofensivas estaria uma verba de US\$ 1 milhão para um programa chamado Combate ao *lawfare* e à censura no Brasil, voltado a questionar o que seus criadores classificam como excessos do Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Jim Watson/AFP



Segundo jornal britânico, governo Trump redirecionou verbas de fundo de direitos humanos para financiar agenda conservadora no exterior

Para a AGU, as informações precisam ser investigadas diante da possibilidade de recursos de um governo estrangeiro terem sido usados para influenciar o ambiente político e institucional brasileiro. O órgão citou os princípios constitucionais da soberania, da independência e da não intervenção. Ainda destacou que a legislação brasileira impõe restrições ao financiamento estrangeiro de organizações políticas.

O pedido ganha peso pelo momento em que ocorre: três dias antes do primeiro turno da eleição presidencial. A possível

interferência dos Estados Unidos no processo político nacional já vinha provocando atritos entre Brasília e Washington. O governo Trump adotou medidas econômicas e diplomáticas contra o Brasil e fez críticas recorrentes ao STF e a integrantes da Corte.

É nesse ambiente que Petro ampliou o alerta para o restante da América Latina. Em uma longa publicação nas redes sociais, o colombiano afirmou que há um “golpe de Estado contra a democracia” em curso na Bolívia e relacionou a crise no país à atuação dos Estados Unidos.

A declaração ocorreu após a prisão do procurador-geral boliviano Roger Mariaca, acusado pelo governo da Bolívia de envolvimento com lavagem de dinheiro e narcotráfico. Pouco antes, Washington havia revogado o visto de Mariaca e de outras autoridades. O procurador nega as acusações e atribui o caso a motivações políticas.

As acusações feitas por Petro sobre uma operação coordenada de Washington para provocar rupturas democráticas na região não foram comprovadas de forma independente. A prisão de Mariaca, por exemplo, ocorreu no âmbito de

uma investigação das próprias autoridades bolivianas. O episódio acontece, contudo, em um momento de aproximação entre o governo da Bolívia e os Estados Unidos e de expansão da estratégia norte-americana de segurança do continente.

Eleições brasileiras

Para Petro, a disputa ultrapassa a Bolívia. O colombiano citou diretamente as eleições brasileiras e defendeu uma articulação regional contra o uso de perfis falsos e mecanismos digitais de manipulação

» Trump de olho nas eleições

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem que considera o Brasil “um país muito importante” e que acompanha “bem de perto” as eleições no país. “Estou acompanhando bem de perto as eleições brasileiras. O Brasil é um país muito importante, é um ótimo país. O povo do Brasil é fantástico. É uma eleição muito importante”, disse o republicano a jornalistas na Casa Branca. O presidente americano não mencionou apoio a nenhum candidato.

política. Segundo ele, forças progressistas latino-americanas deveriam atuar nas redes sociais para combater o que chamou de “bots falsos contra Lula”.

A publicação também relaciona a atuação política norte-americana ao uso de inteligência artificial, redes sociais e estruturas digitais para interferir na formação da opinião pública. Petro defendeu ainda a criação de mecanismos internacionais de fiscalização eleitoral e citou especificamente o Brasil como um dos países que deveriam receber atenção.

No caso brasileiro, ainda não há comprovação de que recursos americanos tenham financiado organizações políticas ou ações ilegais no país. É essa a questão que a AGU quer ver esclarecida pela PF e pelo MPF.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Fator externo complica vida de Lula; para oposição, pode ser a vantagem

A eleição brasileira chega à reta final sob uma pressão internacional, um cenário muito diferente daquele de 2022. Há quatro anos, Joe Biden ocupava a Casa Branca. Embora não fosse aliado ideológico de Lula, seu governo trabalhou para desencorajar uma ruptura institucional e reconheceu rapidamente a vitória do petista. O diretor da CIA chegou a ser enviado ao Brasil, antes da eleição, para advertir Jair Bolsonaro contra a manipulação do processo eleitoral. Agora, o sinal emitido por Washington mudou: o governo americano mantém afinidades políticas com o bolsonarismo, e Lula enfrenta um ambiente regional cada vez mais hostil.

O Itamaraty passou a conviver com uma variável que não controla: a militância internacional bolsonarista, que atravessa fronteiras e tenta transformar seus

aliados externos em atores internos. Ontem, o presidente argentino Javier Milei, em entrevista ao jornal francês *Le Point*, manifestou esperança de que seu “amigo Flávio Bolsonaro” vença e realize um programa liberal no Brasil. Voltou também a insultar Lula. São vizinhos politicamente adversários, mas seus governos precisam negociar comércio, fronteiras e integração das cadeias de valor. Entretanto, Milei enxerga na derrota de Lula uma oportunidade. É uma espécie de troca, porque Lula interferiu nas eleições argentinas contra ele.

A grande preocupação do Itamaraty é a Casa Branca. Nessa quinta-feira, o presidente Donald Trump declarou que está “acompanhando muito de perto as eleições brasileiras” e chamou o Brasil de “um país muito importante”. Lacônico, acrescentou: “É uma

eleição muito importante”. Entretanto, mostrou cautela e não anunciou apoio a nenhum candidato. A três dias da votação, manteve uma aparência de distância. Mas não está neutro, a discrição verbal precisa ser confrontada com a atuação do governo americano e com os interesses que cercam a disputa, principalmente as ações do secretário de Estado, Marco Rubio, aliado do clã Bolsonaro.

Reportagem do *New York Times*, publicada na segunda-feira, mostrou essa diferença. Trump não endossou formalmente um candidato, mas sua administração favoreceu Flávio por caminhos indiretos. Aponta o interesse de Washington numa aproximação em segurança e minerais estratégicos. O Brasil seria o principal terreno ainda em disputa numa região em que aliados da direita vêm ampliando seu poder. O jornal descreve esforços brasileiros para monitorar lobby estrangeiro, combater desinformação e buscar respaldo internacional.

Recursos americanos estão sendo mobilizados supostamente para financiar a oposição. Segundo o jornal britânico *The Guardian*, um programa de US\$ 1 milhão

pretende financiar organizações que contestam o que classificam como abusos judiciais e censura no Brasil. O alvo é o Supremo Tribunal Federal, que virou um ponto fraco na arquitetura institucional da democracia brasileira. A iniciativa integra uma redistribuição mais ampla de verbas do Departamento de Estado para pautas conservadoras. Diante dessa informação, a Advocacia-Geral da União pediu ao Ministério Público Federal que a Polícia Federal investigue o caso.

Valor intangível

Do ponto de vista da política, as pressões da Casa Branca sobre o governo Lula são muito mais importantes do que o valor anunciado. Financiar atores que combatem uma instituição brasileira, durante uma eleição atravessada pela crise dessa mesma instituição, é uma situação nova. A vulnerabilidade do Supremo no caso Master oferece a Flávio Bolsonaro uma bandeira e dificulta a resposta às ações norte-americanas. Lula é obrigado a defender a soberania do país sem parecer defensor automático dos ministros do Supremo.

Enquanto o *Guardian* associa uma eventual vitória de Flávio ao fortalecimento da “doutrina Monroe”, a revista *The Economist*, também britânica, concentra sua crítica à ausência de respostas convincentes para o combate à corrupção e expansão dos gastos públicos. Seu diagnóstico é de que o país tem enormes recursos e possibilidades, porém, continua sem oferecer uma perspectiva segura de transformação econômica. Até agora, o debate eleitoral passou ao largo dessas preocupações, embora tenham alcance internacional.

Dentro do Brasil, porém, a disputa chega ao eleitor misturada à vida cotidiana e à fé. A contradição sobre Nossa Senhora Aparecida, os ataques à CNBB e a proibição das bets mobilizam as paixões na reta final da campanha. Os números apresentados pela Quæst sugerem melhora de Lula, mas não permitem atribuí-la à polêmica da padroeira. Renda, raça e região atravessam essas escolhas.

A reeleição de Lula, esta é a verdade, está no telhado. Enfrentar duas batalhas simultâneas: convencer os brasileiros insatisfeitos com seu governo de que

merece uma nova chance e resistir a um ambiente externo favorável ao adversário. Flávio procura transformar suas relações internacionais, principalmente com Rubio e Milei, num trunfo eleitoral. Não é fácil, porque nenhum dos dois goza de muito prestígio no Brasil. Lula ainda tenta capitalizar politicamente as pressões externas. Do ponto de vista geopolítico, ao escolher seu presidente, o Brasil também decidirá com que autonomia pretende ocupar seu lugar no mundo, em que pese a Casa Branca tratar a América Latina como seu quintal.

O perigo é que os eixos da eleição sejam reduzidos às questões religiosas e geopolíticas, enquanto segurança, renda e serviços públicos, os problemas da vida banal que afligem os brasileiros, permanecem subordinados ao confronto ideológico que divide o país. O saldo da campanha eleitoral em termos de propostas de governo é muito negativo; pode ser que, no segundo turno, as duas visões de Brasil sirvam para discutir os problemas reais do país, que são de ordem objetiva e não ideológicas.